

# Vulnerabilidade na adolescência

*Miguel Leivi\*, Buenos Aires*

*O trabalho se propõe analisar a possível utilidade que o uso do conceito de vulnerabilidade, junto com o de resiliência, relacionado com ele como sua contraparte, pode ter para uma abordagem psicanalítica do sofrimento humano e, em particular, dos problemas hoje relacionados com a adolescência. Para isso, explora o alcance dos conceitos de vulnerabilidade e resiliência e outros que estão associados, examina as problemáticas em jogo no processo adolescente, prestando especial atenção à estreita relação dessas problemáticas com as características da sociedade na qual transcorre a adolescência de seus jovens e como essas características incidem na produção de vulnerabilidades que podem dar origem, nos jovens, a diversos transtornos. Finalmente, o trabalho se ocupa das problemáticas adolescentes predominantes atuais e de sua relação com aspectos centrais das sociedades contemporâneas.*

*Palavras-chave: vulnerabilidade, resiliência, fator de risco, adolescência.*

---

\* Médico (UBA). Psiquiatra e psicanalista. Membro titular em função didática da Associação Psicanalítica de Buenos Aires (APdeBA).

O conceito de *vulnerabilidade* passou a adquirir, nas últimas décadas, um uso muito amplo em distintos campos – social, econômico, ambiental, sanitário e até mesmo informático – como importante elemento de análise dos diversos problemas que podem se apresentar nesses âmbitos. Tendo em conta que essa noção não provém da psicanálise, nem faz parte de sua bagagem conceitual, o propósito deste trabalho é explorar sua possível utilidade para um enfoque psicanalítico dos conflitos e sofrimentos humanos e, em particular, para considerar, a partir desse ponto de vista, as problemáticas que afetam a adolescência como etapa da vida e os adolescentes como sujeitos singulares.

Qual poderia ser, em princípio, essa utilidade? A de contribuir com elementos de julgamento que permitam ampliar a perspectiva com relação a dois aspectos complementares que devem ser levados em consideração frente a qualquer problema ou patologia:

a) um primeiro aspecto retrospectivo histórico se propõe dar conta das possíveis razões pelas quais, frente a circunstâncias aparentemente iguais ou equivalentes, um determinado transtorno pode ou não ocorrer, um sujeito pode sair relativamente ileso, enquanto outro pode ficar doente ou sucumbir; explorar que experiências vivenciais, que fatores subjetivos, que circunstâncias históricas pessoais podem ter contribuído, em cada caso, para criar as condições para a produção de respostas tão díspares. Por exemplo: por que, entre os adolescentes que consomem drogas ou que as experimentam, somente alguns se tornam adictos, enquanto outros, mesmo utilizando drogas por um tempo prolongado, não passam de consumidores mais ou menos frequentes e outros tantos abandonam todo contato com as substâncias;

b) um aspecto antecipatório ou prospectivo, por sua vez, se propõe determinar que situações, fatores, circunstâncias podem ter como efeito a produção, no sujeito, de certas predisposições ou fragilidades que contribuam para o aparecimento de conflitos ou patologias que o afetarão posteriormente, cuja gênese terá sido facilitada por esses mesmos fatores, os quais deveriam ser considerados como componentes do complexo causal de tais transtornos. Esta perspectiva é particularmente importante, já que oferece a possibilidade, dentro de limites, de intervir preventivamente sobre ditos fatores com a expectativa de evitar a produção desses transtornos. Desse modo, também a psicanálise – cujas possibilidades preditivas são muito limitadas, como ocorre em geral com as disciplinas que, de uma forma ou outra, se ocupam do ser humano, sempre pouco previsível, ainda menos no plano especificamente psicanalítico do desejo humano – poderia

contribuir positivamente para a identificação de fatores causais de diversos transtornos e conflitos, ampliando os recursos para sua abordagem preventiva.

Essa dupla perspectiva permite localizar outro conceito, do campo das ciências físicas, que define a qualidade dos materiais para os adolescentes não se deformarem frente a pressões externas, cujo uso também se estendeu nos últimos anos contrapondo-se ao de vulnerabilidade: a *resiliência*. Derivada do latim *resilio* – saltar, resistir frente a qualquer agente agressor – a noção de resiliência é utilizada, nas ciências da saúde e especialmente em psicologia, para caracterizar “a habilidade de resistir, demonstrar força, endurecer e não se alterar frente a situações adversas e de crise” (Guillén, 2005, p. 41). Se a vulnerabilidade designa certa predisposição subjetiva a deixar-se afetar negativamente por circunstâncias adversas, a resiliência caracteriza a capacidade de resistência ou de recuperação frente a esse mesmo tipo de fatores. Trata-se, então, de explorar a possível utilidade, para a psicanálise, da utilização do par conceitual vulnerabilidade/resiliência.

### Algumas questões conceituais

Seria possível definir vulnerabilidade como “um fator de risco interno de um sujeito [...] exposto a uma ameaça, correspondente à sua predisposição intrínseca a ser afetado ou ser suscetível de sofrer um dano” (Cardona, 2001, p. 2). Essa predisposição, essa suscetibilidade, supõe uma “reduzida capacidade para ‘se adaptar’ ou se ajustar a determinadas circunstâncias” (*Id.*, p. 1), circunstâncias que, sem serem necessariamente graves ou catastróficas, ou sequer desfavoráveis em si mesmas, tomam, devido à suscetibilidade, o caráter de ameaças, podendo produzir diferentes problemas, às vezes muito sérios.

*Vulnerabilidade*, *risco* ou *fator de risco* e *ameaça* configuram, assim, um complexo conceitual intimamente relacionado, não só porque devem ser considerados em conjunto, mas por se implicarem reciprocamente: não há vulnerabilidade nem ameaças absolutas, trata-se de situações mutuamente condicionantes. Um fator de risco se transforma em uma ameaça caso incida sobre certa vulnerabilidade subjetiva preexistente. Esta última, que não é mais que, uma mera probabilidade de que se produza algo que poderia não se produzir nunca, contribui, por sua vez, para que um certo fator de risco, que em si também é só uma potencialidade, resulte em uma ameaça. Presentes em conjunto e interagindo, vulnerabilidades e ameaças criam as condições propícias para que se produza no sujeito um conflito, uma patologia.

Os *fatores de risco*, por sua vez, podem ser *externos*, relacionados em nosso caso com situações ou condicionamentos sociais, ambientais, familiares, ou *internos*, próprios da experiência pessoal do sujeito. No que nos ocupará, a adolescência, cabe levar em consideração que, por exemplo, as próprias transformações corporais, sexuais, sociais e psíquicas da adolescência podem, em certas circunstâncias, tornar-se fatores internos de risco ao interagir com vulnerabilidades inscritas na subjetividade, aquelas que são, em grande medida, produtos de experiências infantis. Por sua vez, essas experiências adolescentes, conforme forem vivenciadas, podem produzir no sujeito marcas tais que signifiquem possíveis vulnerabilidades futuras que farão com que fatores de risco que surjam na experiência do sujeito tomem o caráter de novas ameaças, incidindo em seu desenvolvimento ulterior e expondo-o a novos danos, transtornos ou quadros patológicos.

As condições subjetivas que implicam algum grau de vulnerabilidade devem ser entendidas como fatores internos de risco. Operam, por assim dizer, *de dentro* do sujeito, ainda que sejam, fundamentalmente, produtos das condições de sua ascensão na vida, da trama desiderativa e legal na qual se inseriu, das interações com seu entorno mais imediato, de suas experiências vividas. O sujeito é produto dessa complexa trama de fatores, das condições de sua imersão no mundo humano, de experiências nas quais a alteridade real, simbólica e imaginária está sempre em jogo, que o formam como sujeito e inscrevem nele marcas que resultam constitutivas e suscetíveis de criar pontos de vulnerabilidade condicionantes de experiências posteriores.

É praticamente impossível encontrar em nosso campo fatores que impliquem riscos específicos, causadores de problemas também definidos e delimitados, sobre os quais se possa atuar preventivamente, tal como uma vacina, o uso do cinto de segurança, fumar ou não fumar, ter sexo seguro. As situações que podem configurar potenciais ameaças – a serem abordadas sempre na singularidade de sua trama em cada caso ou sujeito – desdobram-se em um espectro muito amplo que cobre praticamente todas as áreas, desde as condutas do sujeito, experiências pessoais, entorno familiar, social e afetivo mais imediato, até as conjunturas sociais, econômicas e políticas em que sua vida transcorre. Todo esse heterogêneo conjunto de possíveis fatores causais tem, por sua vez, uma relação também complexa com um amplo conjunto de conflitos e patologias, relação a ser enfocada também de forma singular. São sua incidência e organização particular que podem – conforme intervenham e sobre que terreno prévio – ter efeitos favoráveis ou não, aumentar a vulnerabilidade ou reforçar a resiliência, adquirir o caráter de fatores de riscos, ou resultar em proteção frente a ameaças ulteriores.

## Sobre a adolescência

Por mais que seja pensada como um dos grandes períodos da vida, própria da espécie humana e presente desde sempre, a *adolescência* não deixa de ser produto histórico-cultural das sociedades contemporâneas. Em jornadas realizadas em Paris, em 1983, sobre a crise da adolescência (Deluz *et al.*, 1984), um historiador, Jean Hébrard (1984), afirmava que “a adolescência, ao menos tal como a conhecemos, nem sempre existiu. A própria noção de adolescência parece uma invenção relativamente moderna” (p. 163-164). Nessas mesmas jornadas, uma antropóloga, Ariane Deluz (1984), postulava que, até os estudos de Margaret Mead na Oceania, feitos nas décadas de 1920 e 1930, “para os etnólogos a adolescência não foi um objeto de estudo, por uma razão extremamente simples: não era identificada como tal” (Deluz *et al.*, 1984, p. 172).

Em um plano mais próximo a nós, é possível comprovar que o conceito, e inclusive o termo, de *adolescência*, não ocupa nos textos freudianos um lugar muito destacado e tampouco muito definido. Em uma busca bibliográfica geral, o termo aparece somente 7 vezes em uma das traduções para o espanhol da obra de Freud e 13 vezes em outra, sem desempenhar, em nenhum dos casos, alguma função teórica, clínica ou psicopatológica particular e sem se referir tampouco a nenhuma circunstância significativa na estruturação subjetiva. Por sua vez, o termo e o conceito de *puberdade* aparecem, nessa mesma busca, 198 vezes em um caso e 199 no outro, com um papel conceitual muito definido e importante, como é possível ver no título e no conteúdo do terceiro dos *Três ensaios: a metamorfose da puberdade* (Freud, 1905), ainda que seja duvidoso que alguns processos ali atribuídos a esse período, como o desenvolvimento da identidade sexual ou o achado do objeto não incestuoso, ocorram na puberdade tal como a mesma é entendida na atualidade – designando as mudanças somáticas ou as transformações subjetivas do começo da adolescência – e não em outras conjunturas do processo adolescente. Para Freud, evidentemente, bastava o conceito de *puberdade* para dar conta de tudo o que, na atualidade, e certamente não em sua época, desdobrase ao longo do complexo processo que chamamos *adolescência*. Cabe destacar também que, em seu relato dos tratamentos de Dora (Freud, 1901) e da jovem homossexual (Freud, 1920), ambas então com 18 anos – isto é, já não púberes, mas adolescentes para os padrões atuais – nem a adolescência, nem a possível problemática adolescente das jovens aparecem sequer mencionadas por Freud, para quem, provavelmente, conforme a sua época, ou bem elas não deveriam ser consideradas adolescentes, ou bem esse fato não devia ter qualquer significado clínico particular digno de destaque.

Tampouco a categoria conceitual *infância*, tal como a conhecemos, existiu sempre. Historicamente, surgiu no final do século XVIII e começo do XIX, relacionada com a Revolução Industrial, com o impulso à educação para formar trabalhadores, profissionais e técnicos que se inserissem no processo produtivo e com os progressos sanitários e médicos que ampliaram as possibilidades de sobrevivência e crescimento dos novos seres. “Mais que isso, foi dito: a idade moderna ‘descobriu’ a infância” (Iglesias, 1996, p. 1). Sincronicamente foi se desenvolvendo a família nuclear burguesa como o âmbito principal onde se desenvolve a infância. Essas mudanças socioculturais criaram as condições para que, pouco depois, surgisse a psicanálise, para a qual família e infância são instituições e conceitos essenciais (Levin, 1995).

A adolescência é um produto histórico, social e cultural ainda mais recente, de fins do século XIX e começo do XX, surgido na Europa e, especialmente, nos Estados Unidos, em relação com a necessidade de integração dos grandes fluxos de imigrantes europeus, com a dificuldade de transmissão de valores e ideais entre pais imigrantes e filhos nascidos no país de adoção e com a necessidade de os filhos saírem do seio da família para se incorporarem à sociedade e ao trabalho. Tudo o que conhecemos na atualidade como adolescência – as subculturas, a música, a moda, o consumo, o crescente lugar que foi ocupando nas sociedades contemporâneas – é mais tardio, posterior à Segunda Guerra Mundial. Quanto à psicanálise, suas primeiras aproximações às problemáticas adolescentes são ainda mais próximas no tempo, datam de fins da década de 1950. Ocupar-se, então, dos problemas dos adolescentes, de *nossos* adolescentes, implica necessariamente considerar o contexto histórico, social e cultural no qual transcorre sua adolescência, isto é, nossa atualidade.

Cada sociedade desdobra a seu modo a passagem da infância à idade adulta, da imersão na família à integração plena na sociedade. A adolescência é o modo como as sociedades atuais tramitam essa passagem, que toma formas particulares segundo cada sociedade e sua época e que foi se tornando cada vez mais longa e complicada. Não deveria, pois, surpreender que a adolescência tenha se prolongado, se tornado gradualmente complexa e ocupado um lugar social cada vez mais destacado. Poderia se postular, inclusive, quase como uma lei, uma estreita correlação entre as mudanças sociais e as características da adolescência: quanto mais mutante for uma sociedade, mais prolongado e complexo será o percurso adolescente de seus integrantes.

Talvez o modelo mais oposto neste sentido ao das sociedades atuais seja o das estáticas sociedades tradicionais: nelas, as diferentes gerações vão se sucedendo quase sem mudanças. A transição entre a vida infantil e a idade adulta é tramitada

e sancionada ali com um rito de passagem púbere: antes de atravessá-lo, o sujeito é uma criança; após, é um adulto pleno. O rito de iniciação é, nessas sociedades, o equivalente da adolescência atual. Algumas características gerais desses ritos são importantes, a título comparativo:

a) são diferentes conforme o sexo, mas obrigatórios e iguais para todos sem exceções: um sujeito não é reconhecido como adulto a menos que tenha passado pelo ritual que lhe corresponde, sem nenhuma consideração pela sua singularidade;

b) a sociedade tem para eles um papel muito ativo, intervindo nesse trânsito que é potencialmente conflitivo, contendo e dando assistência tanto à criança que se desprende da proteção familiar quanto à família que perde um integrante, oferecendo um imprescindível reconhecimento e legitimação social ao novo adulto, a quem provê das insígnias correspondentes a seu novo status social;

c) busca-se reduzir ao mínimo toda incerteza: lugares e funções são marcados com clareza, a sociedade se faz sempre presente junto à criança e à família;

d) mas a margem para a singularidade subjetiva e a liberdade de escolha é mínima ou nula, já que os lugares de cada um estão designados por antecipação.

e) nestas condições, a incorporação do novo adulto ao mundo social e do trabalho é muito rápida, sem margens de incerteza. Esse novo mundo não deixa, também, de estar muito próximo da família, o que facilita a transição.

Encontra-se muito pouco desse tipo de situação na atualidade. O que há de comum entre os ritos evocados e a adolescência de hoje? Aparentemente nada, tanto parecem opostas essas crianças que uma cerimônia precipita brutalmente no mundo da sociedade adulta e esses adolescentes que custam a atingir um status de adultos em uma sociedade em que o tempo da aprendizagem se prolonga, de acordo com o tempo da expectativa de vida e o tempo da coabitação das gerações (Jeammet, 1994, p. 3).

As transformações que conformaram as sociedades modernas fizeram com que a família e o trabalho fossem se distanciando e desvinculando, que surgissem outras instituições, como a escola, encarregadas da socialização dos novos sujeitos; que os possíveis papéis adultos fossem se diversificando enormemente e a preparação para desempenhá-los se prolongando e se tornando mais complexa, que aparecessem os meios de informação e de comunicação etc. Tais transformações produziram efeitos acentuados sobre o que nos ocupa, o surgimento da adolescência como etapa vital:

a) os ritos púberes, esvaziados de sua função social, praticamente

desapareceram nas sociedades modernas, onde só restam vestígios desprovidos do sentido original; é a adolescência em seu conjunto que ocupa agora esse lugar de trânsito entre infância e idade adulta;

b) mas, diferentemente dos ritos, obrigatórios e uniformes para todos, a adolescência é um processo singular, com muito poucas prescrições, que cada adolescente deve atravessar sozinho, a seu modo. Nos grupos que se formam nas diferentes etapas, cada adolescente percorre seu próprio percurso, traça sua trajetória tendo como modelo, talvez, o personagem do *self-made man*;

c) não há, como acontece nas sociedades tradicionais, efetivas instituições sociais que medeiam o processo no nível do jovem ou da família, dando-lhes assistência e os contendo; a função de mediação deve ser desempenhada pela própria família, que, por sua vez, também se vê só e muito envolvida no processo adolescente dos filhos. Não são raras, por esse motivo, as crises familiares durante esse período, que atua como revelador de vulnerabilidades preexistentes na estrutura familiar: “A presença de um adolescente na família constitui um ‘fator de risco’ para a homeostase familiar” (Marcelli, 1999, p. 4);

d) diversamente das sociedades tradicionais, as sociedades modernas, conflitivas, até caóticas, hasteiam como ideal paradoxal a mudança e o progresso, ideal em grande medida, também em crise nas sociedades contemporâneas;

e) todo o processo se enche, então, de incerteza e conflitos tanto subjetivos quanto familiares e sociais; trata-se de um trajeto feito de perigos; muitos jovens o percorrem com sucesso, ascendendo a uma idade adulta razoavelmente satisfatória; outros o fazem penosamente, perdendo pedaços pelo caminho e ganhando *ferimentos de guerra*, fragilidades que poderão resultar em incidências futuras; outros, por fim, sucumbem não conseguem chegar à terra prometida da idade adulta, fracassam no processo adolescente;

f) em qualquer caso, todos esses fatores incidem sobre os demais membros de uma sociedade, qualquer que seja sua etapa vital; a adolescência é só um período mais sensível a tais fatores, e é por isso que sua conflitiva adquiriu uma importância crescente nas sociedades atuais, daí ser o período de vida mais representativo da subjetividade contemporânea.

## **Vulnerabilidades adolescentes**

Dado que a adolescência se produz condicionada por todos esses fatores, encarar um enfoque de riscos que permita determinar vulnerabilidades adolescentes



requer considerar os diferentes contextos nos quais, em cada caso, transcorre esse período:

a) os contextos mais gerais – época, sociedade, condições de vida, circunstâncias econômicas e políticas – que incidem sobre o conjunto dos adolescentes, criando condições que produzem vulnerabilidades que afetam a todos, ainda que não da mesma forma. Um psicanalista não poderá trabalhar diretamente sobre os diferentes fatores operantes em uma estrutura social, mas poderá, ao encarar os problemas da adolescência sem desvinculá-los de seu contexto, ocupar um lugar definido em uma abordagem articulada com outros campos de estudo e trabalho para os quais a adolescência é um ponto privilegiado de convergência e de problemáticas que cada um há de considerar a partir de sua perspectiva;

b) os contextos mais particulares, história subjetiva, família, contingências e acontecimentos da vida de cada um, vivências e fantasias mais pessoais –, este será o campo específico de trabalho de um psicanalista, o da abordagem de cada sujeito em sua singularidade, campo no qual, como não há *uma* adolescência, tal como havia *um* rito de iniciação para todos, também deverá ter em conta a incidência particular que, para cada adolescente, têm os fatores mais gerais.

Como pensar a vulnerabilidade na adolescência? Antes de tudo, sem perder de vista que falar de vulnerabilidade implica se referir a algo que é apenas uma possibilidade, uma potencialidade. O resultado, problemático ou não, dependerá de complexos balanços, muitos deles difíceis de verificar e impossíveis de quantificar, entre os fatores protetores ou de resiliência e os fatores e condutas de risco pessoais, familiares ou contextuais, identificáveis ou não, que operem em cada caso. Por seus possíveis efeitos, e porque em muitos casos podem ser postos em evidência, importarão em especial as respostas do entorno aos problemas que apareçam, o entorno familiar imediato em primeiro lugar, e também o social em seus diversos aspectos e segundo o âmbito em que surjam os problemas – grupos de pares, escola, forças da ordem, justiça, etc. – incluindo neste campo as respostas terapêuticas a serem dadas em cada caso.

Todos esses fatores, conforme sua intervenção, podem ou constituir fatores de risco para o desencadeamento de algum transtorno ou agir de maneira preventiva e protetora, evitando um problema manifesto. O papel do entorno, de suas contribuições e respostas, importante em qualquer período da vida, é crucial nos conflitos da adolescência e nos condicionamentos da trajetória futura do sujeito.

A psicanálise aborda sempre o sujeito em sua singularidade, mas singularidade não é isolamento; por isso o sujeito não deve nunca ser isolado de

seu contexto, mas considerar-se a forma singular pela qual os fatores gerais incidem sobre a sua problemática adolescente, no conjunto de sua história, experiências e circunstâncias, desenvolvimento passado e condições atuais de vida. Em todos os casos, “a necessidade na qual se encontra o adolescente de assegurar sua nova autonomia [...] e de assegurar a solidez de suas aquisições internas” (Jeammet, 1994, p. 6) colocará à prova os possíveis pontos de fragilidade inscritos em sua experiência anterior, que podem fazer com que, inclusive, a própria adolescência e suas transformações tomem o caráter de ameaças. Este, como se destacou no começo deste trabalho, é um dos aspectos das possíveis vulnerabilidades de um sujeito: o que traz do passado infantil, com o que conta para enfrentar mudanças profundas e mobilizações que o processo adolescente implica.

A adolescência questiona, em uma perspectiva genético-evolutiva, a qualidade do adquirido na infância e revela vulnerabilidades que não se manifestam mais que por ocasião da puberdade e da autonomização própria dessa idade. Por outro lado, é o momento sensível no qual aparecem organizações psicopatológicas que se expressarão de maneira estável no adulto (Corcos *et al.*, 2002, p. 1).

A adolescência resulta assim, em um potencial revelador do que permanece inscrito das experiências passadas, não só daquelas vividas pelo sujeito, mas também das que ele recebeu através do seu discurso familiar, que também veicula os discursos da sociedade e da cultura de que é parte. Todas essas marcas podem constituir pontos de vulnerabilidade que, em muitos casos, podem ter atravessado a infância sem maiores manifestações ou sem que lhes fosse atribuída maior importância, em grande medida graças à sustentação do entorno familiar. A gradual autonomia a que o adolescente vai tendo acesso reduz a proteção da família, de modo que as manifestações podem se tornar mais evidentes ou mais limitantes.

Mas, além das vulnerabilidades anteriores, as próprias manifestações *normais* da adolescência – a irrupção púbere, as comoções devidas às transformações corporais, a necessidade de definir uma identidade sexuada, a perda do lugar infantil sem que o mesmo seja substituído logo por outro lugar social, a saída para a exogamia – todo o conjunto de mudanças que configuram o processo adolescente é passível de produzir conflitos e sintomas que, caso persistam ou se intensifiquem, podem agir como novos traumatismos e produzir novos pontos de vulnerabilidade para problemas maiores, ou ainda potencializar pontos de fragilidade colhidos em experiências anteriores. Por exemplo:

- a) um estado depressivo, muito frequente na adolescência, caso se torne

intenso ou persistente, cria condições – retraimento social, fracassos escolares reiterados – que facilitam outros tipos de transtornos;

b) uma situação que leva a uma tentativa de suicídio, qualquer que seja a motivação, aumenta a probabilidade de que se repita e a possibilidade de “êxito” (Ladame *et al.*, 1999, p. 3);

c) um adolescente que tenha vivido um suicídio em seu entorno imediato, seja em seu grupo familiar ou de amigos, tem uma probabilidade maior de tentá-lo (*Id.*); esse é um risco particularmente significativo, se levarmos em conta a frequência de verdadeiras pequenas *epidemias* de suicídio em grupos de adolescentes;

d) condutas de caráter lúdico ou experimental, ou que respondam a intenções transgressivas ou provocativas para com os pais ou o mundo adulto em seu conjunto, tais como passagens grupais ao ato, violentas ou perigosas, ou alguma incursão nas drogas, podem exceder largamente as intenções do jovem, para quem nem sempre é fácil antecipar as possíveis consequências de suas ações, e produzir sérias derivações tais como maior propensão a acidentarem-se ou o começo de um consumo sustentado de drogas. Estes são também riscos e pontos de vulnerabilidade bastante significativos, como demonstra o fato de acidentes, homicídios e suicídios serem, estatisticamente, as principais causas de morte na adolescência.

O mesmo ocorre com muitas condutas de caráter delitivo, às quais em princípio não se deveria atribuir um valor psicopatológico definido, já que costumam ser “um ‘epifenômeno’ da adolescência, fase transitória de solicitação e de colocação à prova dos limites sociais antes da integração definitiva no mundo adulto” (Bochereau *et al.*, 1998, p. 2). Neste sentido, entrevistas de autoavaliação feitas com um número importante de adolescentes de todo tipo mostram que entre 70 e 90% deles *confessam* ter cometido pelo menos um roubo (*Id.*). É possível, inclusive, encontrar um exemplo ilustre, não atual, de tal conduta. No Livro II, 4, das *Confissões*, Santo Agostinho (398 d.C./1993) relata uma experiência pessoal correspondente ao que hoje em dia considerariamos, sem dúvida, sua adolescência:

Também eu quis cometer um furto, e o cometi, não por necessidade, mas por faltar à justiça e por sobra de maldade. Pois roubei do que tinha muito, e era muito melhor que o roubado. Tampouco queria desfrutar do roubado, mas tão somente deleitar-me no furto e no pecado. Próximo a nossa vinha, havia um pomar de peras carregado de frutos que nem por seu aspecto, nem por seu sabor eram tentadores. Depois de ter estado brincando até

uma hora intempestiva da noite no campo – segundo nosso mau costume – um bando de jovens travessos como eu nos dirigimos ao pomar de peras com ânimo de sacudi-lo. Levamos uma quantidade enorme de peras, não para comer, ainda que tenhamos comido algumas, mas para dá-las aos porcos. Realizamos uma ação pelo simples fato de que nos era proibida (Santo Agostinho, 398 d.C./1993, p. 58-59).

Esse episódio, com todas as características de uma típica ação delitiva adolescente – pelo explícito afã de desafio e transgressão por um grupo e não isoladamente etc. – não converteu Santo Agostinho em um delinquente e não o impediu de ser considerado santo. Entretanto, ações como essa, triviais ainda que incômodas (roubos, atos de vandalismo, ataques às pessoas, fundamentalmente a outros adolescentes), podem produzir no jovem alguma predisposição nociva: um adolescente que cometeu um roubo tem maior probabilidade de voltar a fazê-lo do que aquele que nunca incorreu nesse tipo de conduta. Mas, como em outros casos, as consequências mais sérias costumam depender das respostas do entorno a essas condutas, especialmente o familiar: o estigma de que o jovem pode ser objeto, rapidamente considerado *delinquente* ao menos potencial (logo se qualifica de *drogado* o adolescente que teve algum contato com uma droga); o estímulo às condutas delitivas do adolescente pelos membros significativos de uma família para a qual as transgressões dos filhos têm um efeito estabilizador; a participação em grupos em que predominem condutas transgressivas ou delitivas, ou o convívio com delinquentes já instalados nesse modo de vida; ser submetido a uma ação judicial devido à transgressão ou, passar por uma experiência de encarceramento. Todos esses fatores favorecem a repetição e a crescente importância dessas ações e contribuem para orientar o porvir de um jovem em direção a uma identidade delinquencial, um porvir que não tinha por que ser inexorável se a índole das respostas recebidas fosse diferente. “De certa forma, o funcionamento da justiça e da administração penitenciária intervêm como cofator da delinquência” (Bochereau *et al.*, 1998, p. 2). A acumulação sustentada de reações diversas, mas convergentes, do entorno, atuando como um somatório de ameaças repetidas e crescentes que incidem sobre o que, na origem, poderia ter sido não mais que uma potencialidade subjetiva, dá lugar à repetição de condutas cada vez mais graves que realimentarão o círculo vicioso de novas conjunturas, novas respostas do entorno e novas vulnerabilidades, uma espiral que leva à reorganização da personalidade ao redor dessas condutas, que prende o sujeito na sua repetição e consolida uma trajetória e uma identidade desviante e antissocial, das quais cada vez mais é difícil sair.

A dinâmica familiar passada e presente e o lugar de cada filho nessa estrutura são fatores fundamentais a considerar no porvir do adolescente e em um interjogo entre vulnerabilidades e ameaças. O funcionamento do casal de pais; a rejeição ou a excessiva presença materna e paterna; os conflitos de filiação; a história e os eventos familiares incorporados ao discurso oficial da família ou, pelo contrário, excluídos dele e reprimidos; os acontecimentos prévios ao nascimento do adolescente, mas que são centrais na construção da história familiar; os segredos familiares dos quais o adolescente costuma estar excluído, mas que lhe concernem diretamente – seu nascimento por uma inseminação decidida pela mãe, mas ignorada pelo pai, por exemplo, ou sua condição de filho apropriado de pais desaparecidos durante a última ditadura argentina, como ocorreu em muitos casos – nenhum destes fatores é desimportante ou deixa de ter caráter de uma ameaça potencial. A adolescência pode, segundo já foi dito, atuar como reveladora dessas e de outras vulnerabilidades familiares: um casal de pais que só se mantém unido pela presença – ou, pior ainda, pela patologia – dos filhos ou de algum deles tenderá a obstaculizar os movimentos adolescentes em direção à autonomia que ameaçam a precária estabilidade de sua relação e fará tudo para reter esses filhos. O mesmo efeito poderá descompensar outro integrante da família pelo distanciamento gradual dos adolescentes, por exemplo, a mãe que só viveu para e pelos filhos, cuja vida desmorona e perde o sentido sem essa dedicação. Em outros casos, ao contrário, as ameaças podem vir da ausência e defecção de uma família que renuncia a desempenhar seu papel no trânsito adolescente de seus filhos, de cujos conflitos se desliga: que se ajitem sozinhos. A variedade de situações é quase infinita e é impossível sua enumeração exaustiva, mas – dado que a adolescência não acontece apenas a um sujeito em crescimento, mas também à família da qual faz parte – é uma dimensão que deve ser atendida, já que essa é a única forma de se intervir sobre o que, de outro modo, se retroalimentará como um círculo vicioso: vulnerabilidades da família que levam a reações que não de produzir sucessivamente novas vulnerabilidades. Uma família que, ao contrário, possa, ainda que não sem conflitos, acompanhar e conter seus adolescentes em seu processo de autonomização sem interferir ou obstaculizar em excesso, que tenha a flexibilidade necessária para modificar-se em sua estrutura e funcionamento, ainda que a golpes de conflitos, de acordo com as mudanças em curso, que tolere sem censurar ou estigmatizar as buscas e experimentações de seus filhos, que esteja presente diante de suas conquistas, decepções e fracassos de suas tentativas, que suporte sem se desfazer as idas e vindas dos mesmos, essa família conseguirá provavelmente assistir a seus filhos adolescentes em uma

tramitação satisfatória das demandas desse período, aumentando-lhe a capacidade para enfrentar desafios posteriores.

É imprescindível considerar neste panorama geral de riscos e vulnerabilidades uma questão que concerne à família enquanto instituição: a incidência das mudanças sociais, econômicas e culturais que a afetam em sua estrutura e funcionamento. Fazemos somente uma rápida e muito parcial enumeração: a crise da estrutura familiar nuclear, integrada por pai-mãe-filhos, por muito tempo considerada o modelo tradicional e único de família; a instabilidade trabalhista, econômica e social que afeta a família com sua carga de situações tais como apertos econômicos, perda de status social, desemprego ou superocupação; as mudanças nos papéis respectivos de homens e mulheres e das relações entre eles, assim como a incidência do trabalho feminino nas funções do lar frente aos filhos; a sobrecarga familiar por ter que dar conta das novas gerações e também das anteriores; as mudanças nas relações entre pais e filhos e entre jovens e adultos; a diluição das barreiras intergeracionais; a crise dos sistemas de valores sociais e culturais predominantes que a família transmite a seus filhos. A crise adolescente dos filhos produzirá, em muitos casos, uma exigência ainda maior, cuja tensão pode detonar fragilidades até então latentes e que retroagirá, por sua vez, sobre os filhos.

A escola, âmbito central que as sociedades atuais oferecem aos adolescentes para sua socialização fora da família, para sua formação em função dos papéis futuros, além de ser o lugar onde transcorre boa parte de sua vida cotidiana, cumpre um papel também por vezes ambíguo: suas funções, instaladas no imaginário coletivo – ser um *segundo lar*, manter-se em relação com a família, constituir um lugar seguro onde se desenvolve sua função educativa e pedagógica, formadora do futuro cidadão adulto – se satisfatoriamente cumpridas, fazem da instituição educativa um fator protetor que oferece ao sujeito recursos que aumentam sua resiliência. Mas esse panorama se complica, e seu sentido pode inclusive se reverter nas condições de crise que a instituição educativa hoje atravessa em muitos lugares. Suas funções se debilitam quando o sentido da educação é borrado e se torna duvidoso se estudar garante ao jovem um futuro melhor, se o capacita ao trabalho e ao ingresso no mundo adulto. A instituição educativa deixa de mediar eficazmente família e mundo adulto e, em muitos casos, passa a desenvolver basicamente a função de contenção social – é melhor que os adolescentes estejam na escola do que na rua, ainda que não estudem ou aprendam nada – e dê atenção às necessidades básicas, enquanto sua função educativa é relegada. Perde-se também seu caráter de lugar protegido, e irrompem nela os problemas que afetam a sociedade em seu conjunto, como o consumo de drogas, atos de violência de diversos tipos, seja

entre os próprios adolescentes, seja contra os docentes ou contra a própria instituição. Inúmeros adolescentes desertam da escola, e a desescolarização se torna outro fator de risco que aumenta a probabilidade de uma inserção social e laboral precária.

Deve-se destacar ainda o papel de outros fatores de suma importância que também podem resultar ameaçadores ou protetores:

a) os grupos adolescentes, que adquirem diferentes configurações ao longo das diferentes etapas desse período, são fundamentais no processo de socialização e trazem consigo companhia, assistência e contenção; porém, por outro lado, podem ser estimulantes de ações às vezes arriscadas, que poucos adolescentes se atrevem a encarar sozinhos, mas que o contexto grupal facilita e instiga. Os grupos são canais pelos quais transitam e se difundem, entre os adolescentes, hábitos e consumos, desde música e modas até tabaco, álcool e drogas; de fato, costumam ser o lugar onde a maioria dos adolescentes tem seus primeiros contatos com o álcool e as drogas, impulsionados pela emulação e o estímulo grupal. Esses fatores podem atuar como ameaças no caso de adolescentes vulneráveis;

b) os meios de comunicação e o bombardeio publicitário dirigido aos adolescentes, incitando a consumos, propondo modelos, gostos e modas, mas produzindo também frustrações se lhes for impossível o acesso a eles, ou hábitos consumistas que podem deslocar-se para os terrenos das drogas e do álcool, ou os transtornos de alimentação. Adolescentes e jovens tornaram-se uma força consumidora poderosíssima que move, em nível mundial, enormes interesses econômicos que os têm como destinatários;

c) a idade adulta é, entre outras coisas, a depositária dos ideais de cada sociedade para com seus sujeitos; é assim que deve ser. Em épocas estáveis, esses ideais, encarnados pelos pais ou outros adultos, com os quais os adolescentes podem concordar ou, frequentemente, confrontar-se, servem-lhes de guia em sua trajetória; também no confronto encontram uma orientação para trilhar seu próprio caminho. Mas a crise de ideais em vigor nas sociedades contemporâneas deixa os adultos sem lugares definidos a ocupar – ninguém quer ser adulto, aspira-se a uma eterna juventude, os pais podem ser tanto ou mais *adolescentes* que os filhos – e os adolescentes, privados desse guia orientador, sem nada nem ninguém com quem se identificar ou se confrontar, ficam mais expostos ao extravio;

d) as sociedades tradicionais, com seu excessivo zelo por garantir uma passagem à idade adulta livre de conflitos, não deixavam a seus jovens nenhuma margem de escolha ou livre arbítrio. Nas atuais, repetimos, ocorre o contrário, se oferecem amplas possibilidades para o desdobramento da singularidade subjetiva e das escolhas pessoais – nisso consiste, em certa perspectiva, o processo

adolescente – e se outorga um vasto campo aberto à realização e à diversidade subjetiva. Isto não é, entretanto, acessível a todos. Adolescentes dos setores sociais desfavorecidos têm possibilidades de desenvolvimento pessoal bem mais limitadas ou mesmo nulas. Por outro lado, a ampla liberdade de escolhas que a sociedade oferece desliza, em contrapartida, para a indiferença para com os jovens, para com suas necessidades e hábitos, indiferença que, à semelhança do que ocorre nas famílias que ignoram os problemas dos filhos adolescentes, os deixa expostos a situações de violência social, por vezes trágica. Basta recordar acontecimento, como os incêndios das discotecas juvenis Cromañón, em 2004 em Buenos Aires, e Kiss, em 2013 em Santa Maria.

## A adolescência e as sociedades atuais

Ricoeur (2001) encara a *vulnerabilidade* – que prefere chamar *fragilidade* – como uma característica essencial da condição humana, estreitamente associada com a *autonomia* em uma relação de caráter paradoxal: o homem é, por hipótese, um ser autônomo, mas essa autonomia, que é uma possibilidade, tem o caráter de uma ideia-projeto, uma força que impulsiona a alcançá-la. A cada etapa dessa trajetória em direção à conquista da autonomia corresponde uma figura determinada de vulnerabilidade que limita ou obstaculiza o caminho: “A autonomia é a de um ser frágil, vulnerável. E a fragilidade não seria mais que uma patologia se não fosse a fragilidade de um ser convocado a tornar-se autônomo” (Ricoeur, 2001, p. 2). Essa dimensão estrutural da vulnerabilidade humana, “uma condição de fragilidade própria e intrínseca ao ser humano, por seu ser biológico e psíquico” (Feito, 2007, p. 8), que alguns autores chamam *vulnerabilidade antropológica* (*Id.*), contrapõe-se a outra, de caráter contingente e historicamente determinado, a *vulnerabilidade social*, aquela que “deriva da pertinência a um grupo, gênero, localidade, meio, condição socioeconômica, cultura ou ambiente” (*Id.*), aberta ao efeito das marcas que cada atualidade imprime; no que nos ocupa, trata-se “das figuras de vulnerabilidade ou de fragilidade [...] que levam as marcas particulares de nossa modernidade” (Ricoeur, 2001, p. 2).

É provável que em nenhum outro período da vida ambos os aspectos da vulnerabilidade humana, em sua relação inextricável e paradoxal com a autonomia, converjam de maneira tão destacada como o fazem na adolescência. No que diz respeito à sua primeira dimensão, a estrutural, ocorre que



a autonomia, contrariamente ao que pensamos espontaneamente, não está sempre no começo de nossa existência, sendo mais o resultado de processos de liberação. Não é tanto uma condição prévia quanto o objeto de uma conquista progressiva que ocorre, desde a infância, em todos os momentos da existência. Não esqueçamos que nossa primeira experiência não é a da autonomia, mas a da dependência: todos fomos crianças antes de ser homens (Zielinski, 2009, p. 4).

Nessa ideia-projeto da autonomia humana, a adolescência ocupa um lugar essencial de mediação entre a criança e o homem, entre a dependência, característica essencial da infância, e a autonomia, apenas relativa – “A autonomia ou autodeterminação absoluta é um conto-do-vigário” (*Id.*) – que de algum modo define a idade adulta. O trânsito da necessária dependência infantil para a relativa autonomia adulta é o próprio centro do processo adolescente; a complexa tramitação dessa passagem é seu eixo principal, sua conflitiva central ao redor da qual se reúnem todos os demais aspectos implicados nesse processo.

A outra dimensão operante nessa dialética entre impulso à autonomia e vulnerabilidade depende de condições históricas, sociais, econômicas e culturais sempre particulares e contingentes, que produzem vulnerabilidades que são “muito menos um dado da natureza que um efeito perverso da cultura” (Ricoeur, 2001, p. 4), como ocorre com a distribuição desigual do poder, do domínio da palavra e de outros recursos fundamentais para a busca da autonomia subjetiva. Trata-se, aqui, das coações que cada estrutura social impõe a seus membros, que determinam as formas particulares de mal-estar na cultura das quais Freud (1929) se ocupou amplamente. Este aspecto, já não estrutural, mas contingente, da vulnerabilidade humana, próprio de cada organização social e que não afeta igualmente todos os sujeitos, cria também as condições em que deve ocorrer o processo adolescente de cada jovem. Por esse motivo a adolescência deverá ser sempre considerada em seus aspectos contingentes e particulares, configurados pelas circunstâncias históricas em que transcorre.

Pelo lugar que ocupa no porvir da subjetividade, a adolescência é um período particularmente sensível aos condicionamentos socioculturais; os problemas dos adolescentes de uma sociedade são, por esse motivo, reveladores de vulnerabilidades inscritas na estrutura da dita sociedade que afetam o conjunto de seus membros, ainda que muitas de suas manifestações mais evidentes se produzam nos adolescentes. Só assim é possível compreender a chamativa difusão que nas últimas décadas tiveram alguns fenômenos entre os jovens e adolescentes de nossas sociedades:

a) a marcada extensão do consumo de substâncias como álcool e drogas entre os jovens das sociedades ocidentais (Corcos *et al.*, 2000);

b) o começo mais precoce das condutas delitivas, que se multiplicaram cinco ou sete vezes, surgindo novas formas de delitos, por exemplo, os atos de vandalismo (Bochereau *et al.*, 1998);

c) os transtornos da alimentação, especialmente as anorexias, mas também as bulimias, que “estariam aumentando sua frequência nos países economicamente desenvolvidos há uns vinte anos”; nos Estados Unidos, “a anorexia é a terceira doença crônica da adolescência, depois da obesidade e da asma” (Corcos *et al.*, 2001, p. 1).

Diferentes autores coincidem em considerar que, longe de expressar mudanças na estrutura da adolescência ou de sua psicopatologia, esses fenômenos devem ser entendidos como as novas formas de apresentação, as novas roupagens que adquirem os conflitos inerentes ao percurso que cada adolescente deve transitar em nossas sociedades e às dificuldades que deve enfrentar; são manifestações atuais cuja forma está determinada fundamentalmente pelas transformações socioeconômicas culturais vigentes, transformações que afetam a todos os seus membros, que determinam as condições nas quais transcorre a adolescência de seus jovens e que configuram os pontos de vulnerabilidade contingentes que fragilizarão a experiência de muitos deles, expondo-os à produção de manifestações, às vezes patológicas, cujas formas o funcionamento da sociedade impõe. Não deve ser por acaso que, nas sociedades regidas por um incentivo generalizado do consumo, se multipliquem, entre os adolescentes, manifestações patológicas vinculadas ao consumo, ou que, em sociedades em que a violência se generaliza, abundem entre os jovens fenômenos violentos.

Nada nos permite afirmar que os adolescentes atuais com dificuldades apresentam organizações psicopatológicas estruturalmente distintas daquelas das gerações precedentes [...] é certo que, em muitos aspectos, os rostos da psicopatologia, isto é, sua expressão manifesta, mudaram sensivelmente (Corcos, 2002, p. 2).

Os problemas registrados na atualidade relativos à adolescência, que deveriam ser considerados patologias psicossociais devido aos fatores que os causam e à sua estreita relação com características das sociedades em que se produzem, expressam problemáticas da sociedade em seu conjunto que se manifestam predominantemente entre os jovens. São eles particularmente afetados

por elas, devido às vulnerabilidades contingentes que as novas condições socioeconômicas produzem, assim como pela forma que adquirem essas problemáticas em suas manifestações. Abordar esses transtornos em sua singularidade, na forma como os mesmos afetam cada adolescente é tarefa específica de um psicanalista, que deverá executá-la sem deixar de ter em conta a ampla expansão que adquiriram na atualidade. Por outro lado, sua difusão e atualidade obrigam a pensar que esses problemas constituem, mais que novas patologias, expressões atuais do mal-estar na cultura que “questionam necessariamente o modelo social ‘pós-industrial’, a sociedade do consumo, o prazer imediato, o individualismo, o materialismo, o desaparecimento dos ideais comuns, o declínio da religião, etc.” (Bochereau *et al.*, 1998, p. 3), um mal-estar generalizado do qual são porta-vozes os problemas que afetam os adolescentes e os jovens, espelhos em que estas mesmas sociedades deveriam se contemplar. □

## **Abstract**

### **Vulnerability in adolescence**

The paper analyzes the possible utility that the use of the concept of vulnerability along with the concept of resilience, related to it as its counterpart, may have for a psychoanalytic approach of human suffering, especially of the problems currently related to adolescence. It therefore explores the scope of the concepts of vulnerability and resilience, as well as others associated to them. It also examines the problematic that takes part in the adolescent process, with special focus on the tight correlation of such problematic to the characteristics of the society in which adolescence takes place, and to the way by which those characteristics incur in the production of vulnerabilities which may give raise, in youngsters, to many disorders. At the end, the paper dwells on the adolescent problematic in current times and its relation with core aspects of contemporary societies.

Keywords: vulnerability, resilience, risk factor, adolescence.

## **Resumen**

### **Vulnerabilidad en la adolescencia**

El trabajo se propone analizar la posible utilidad que la utilización del concepto de vulnerabilidad, junto con el de resiliencia, que está relacionado con él como su

contraparte, puede tener para un abordaje psicoanalítico del sufrimiento humano y, en particular, de los problemas que se relacionan en la actualidad con la adolescencia. Para ello explora el alcance de los conceptos de vulnerabilidad y resiliencia y otros que les están asociados, examina las problemáticas en juego en el proceso adolescente, prestando especial atención a la estrecha relación de esas problemáticas con las características de la sociedad en que transcurre la adolescencia de sus jóvenes y a la manera en que esas características inciden en la producción de vulnerabilidades que pueden dar origen en los jóvenes a diversos trastornos. Finalmente, el trabajo se ocupa de las problemáticas adolescentes predominantes en la actualidad y de su relación con aspectos centrales de las sociedades contemporáneas.

Palabras clave: vulnerabilidad, resiliencia, factor de riesgo, adolescencia.

## Referências

- Bochereau, D.; Corcos, M.; Clervoy, P. & Jeammet, Ph. (1998). Délinquance infantojuvénile. En *Encyclopédie médico-chirurgicale, psychiatrie*, 37-216-G-10, Paris: Elsevier.
- Cardona, O. (2002). *La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo*. Recuperado de <http://www.desenredando.org/public/articulos/2003/rmhcvr/>.
- Corcos, M., Bochereau, D., de Tournemire, R., Cayol, V., Girardon, N., Jeammet, Ph. (2001). Déviations du comportement alimentaire à l'adolescence. En *Encyclopédie médico-chirurgicale, psychiatrie*, 37-215-B-60, Paris: Elsevier.
- Corcos, M., Jeammet, Ph. (2000). Conduites de dépendance à l'adolescence. Aspects étiopathogéniques et cliniques. En *Encyclopédie médico-chirurgicale, psychiatrie*, 37-216-G-30, Paris: Elsevier.
- Corcos, M. (2002). Expression névrotique. États limites. Fonctionnement psychotique à l'adolescence. En *Encyclopédie médico-chirurgicale, psychiatrie* 37-215-B-20. Paris: Elsevier.
- Deluz, A., Gibello, B., Hebrard, J., Mannoni, O. (1984). *La crise d'adolescence*. Paris: Denoël.
- Feito, L. (2007). Vulnerabilidad. En *Anales del sistema sanitario de Navarra*, 30, Suplemento 3, Pamplona.
- Freud, S. (1901). Fragment of an analysis of a case of hysteria. En *The standard edition (SE)*, 7. London: Hogarth Press, 1975.
- Freud, S. (1905). Three essays on the theory of sexuality: the transformations of puberty. En *The Standard Edition (SE)*, 7. London: Hogarth Press, 1975.
- Freud, S. (1920). The psychogenesis of a case of homosexuality in a woman. En *The standard edition (SE)*, 18. London: Hogarth Press, 1975.

- Freud, S. (1929). Civilization and its discontents. En *The standard edition (SE)*, 21, London: Hogarth Press, 1975.
- Guillén, R. (2005). Resiliencia en la adolescencia. En *Revista de la Sociedad Boliviana de Pediatría*, 44(1), La Paz.
- Hébrard, J. (1984). Le champ de l'histoire et de l'anthropologie. En Ariane Deluz *et al.*, *La crise d'adolescence*. Paris: Denoël.
- Iglesias, S. (1996). El desarrollo del concepto de infancia. En *Sociedades y políticas* (Buenos Aires: Fundación Pibes Unidos) N° 2, Recuperado de <http://www.inau.gub.uy/biblioteca/concepto.pdf>.
- Jeammet, Ph. (1994). Dynamique de l'adolescence. En *Encyclopédie médico-chirurgicale, psychiatrie*, 37-213-A-20, Paris: Elsevier.
- Ladame, F., Perret-Catipovic, M. (1999). Tentative de suicide à l'adolescence. En *Encyclopédie médico-chirurgicale, psychiatrie*, 37-216-H-10, Paris: Elsevier.
- Levin, R. (1995). El psicoanálisis y su relación con la historia de la infancia. En *Psicoanálisis APdeBA*, 17(3), Buenos Aires.
- Marcelli, D. (1999). Entretien avec l'adolescent et son évaluation. En *Encyclopédie médico-chirurgicale, psychiatrie*, 37-213-A-10, Paris: Elsevier.
- Ricoeur, P. (2001). Autonomie et vulnérabilité. En *Le Juste* 2, Paris: Éditions Esprit, 2001.
- San Agustín (398 d.C./1993). *Confesiones*. Barcelona: Altaya.
- Zielinski, A. (2009). Pour une éthique de la relation: La dimension relationnelle de l'autonomie et de la vulnérabilité. En *Premières rencontres scientifiques sur l'autonomie. Évaluer pour accompagner*. CNSA, 2009, Paris. Recuperado de: [http://www.cnsa.fr/IMG/pdf/CNSA\\_Dossier\\_12fev\\_signets.pdf](http://www.cnsa.fr/IMG/pdf/CNSA_Dossier_12fev_signets.pdf).

Recebido 21/04/2014

Aceito em 28/05/2014

Tradução de **Ana Rachel Salgado**  
Revisão técnica de **Magali Fischer**

**Miguel Leivi**  
Azcuénaga 1051, PB, 1115  
Buenos Aires – Argentina  
e-mail: miguel\_leivi@hotmail.com

© Revista de Psicanálise – SPPA